

Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.

**Demonstrações financeiras
referentes aos exercícios findos em
31 de dezembro de 2022 e 2021 e
relatório dos auditores
independentes sobre as
demonstrações financeiras**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	11
Balancos patrimoniais	15
Demonstrações dos resultados	16
Demonstrações dos resultados abrangentes	17
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	19
Notas explicativas às demonstrações financeiras	20

Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos acionistas

É com satisfação que submetemos à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A (“RodoAnel” ou “Companhia” ou “Concessionária”), relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhados do relatório dos auditores independentes.

1.2 Apresentação

A Companhia marcou a retomada do Programa de Concessões de São Paulo e representa uma das principais soluções para o tráfego na Região Metropolitana de São Paulo. Com o pagamento da outorga de R\$ 2 bilhões realizado em dois anos, o Estado de São Paulo teve recursos suficientes para concluir a construção do trecho sul do Rodoanel, que é um eixo de escoamento da produção agrícola e industrial para o Porto de Santos, bem como fluxo de veículos para o litoral paulista. A rodovia, conjugada ao trecho Sul, também é fundamental para desafogar o trânsito no sistema viário municipal da capital de São Paulo, a diminuição do número de caminhões nas marginais Tietê e Pinheiros e na Avenida dos Bandeirantes. O contrato de concessão tem o prazo de 30 anos, encerrando-se em 31 de maio de 2038, sendo que a cobrança de pedágio se iniciou em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia emprega de forma direta 496 pessoas. Atualmente, a Companhia gera empregos em toda a região de influência de suas rodovias, contribuindo para o desenvolvimento econômico dos 7 municípios no entorno da rodovia sob sua administração.

A Companhia tem como acionistas a CCR (99,5867%) e a Encalso Construções Ltda. (0,4133%).

1.3 Destaques de 2022

Investimentos

- R\$ 32.460 - Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo.
- R\$ 30.577 - Recuperação do Pavimento.
- R\$ 770 - Demais obras

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio pagos em 2022

Dividendos: R\$ 7.388

- 28/11/2022 – R\$ 7.388 de dividendos do resultado de 2022.

Juros sobre o Capital Próprio: R\$ 11.886

- 28/11/2022 – R\$ 11.886 de juros sobre o capital próprio.

2. Desempenho Econômico-Financeiro

2.1 Desempenho CCR RodoAnel

Em R\$ mil	2022	2021	Var.%
Receita Operacional Bruta (incluída a Receita de Construção)	394.030	353.393	11,50%
Receita Operacional Bruta (excluída a Receita de Construção)	358.854	303.608	18,20%
- Receita de Pedágio	355.057	300.403	18,19%
- Outras Receitas	3.797	3.205	18,47%
Deduções da Receita Bruta	(31.058)	(26.267)	18,24%
Receita Líquida (excluída a Receita de Construção)	327.796	277.341	18,19%
(+) Receita de Construção	35.176	49.785	-29,34%
Custos e Despesas (a)	(239.554)	(248.633)	-3,65%
- Depreciação e Amortização	(22.159)	(22.187)	-0,13%
- Serviços de Terceiros	(26.312)	(32.990)	-20,24%
- Custo da Outorga	(10.769)	(5.824)	84,91%
- Custo com Pessoal	(41.074)	(26.698)	53,85%
- Custo de Construção	(35.176)	(49.785)	-29,34%
- Provisão de Manutenção	(7.374)	(19.093)	-61,38%
- Outros Custos e Resultados Operacionais	(23.112)	(18.478)	25,08%
- Apropriação de Despesas Antecipadas da Outorga	(73.578)	(73.578)	0,00%
EBIT ajustado	123.418	78.493	57,23%
Margem EBIT ajustada (b)	37,65%	28,30%	33,04%
EBIT (c)	123.418	78.493	57,23%
Margem EBIT	34,00%	23,99%	41,73%
(+) Depreciação e amortização	22.159	22.187	-0,13%
EBITDA (c)	145.577	100.680	44,59%
Margem EBITDA	40,11%	30,78%	30,31%
(+) Provisão de manutenção (d)	7.374	19.093	-61,38%
(+) Apropriação de despesas antecipadas (e)	73.578	73.578	0,00%
EBITDA ajustado	226.529	193.351	17,16%
Margem EBITDA ajustada (f)	69,11%	69,72%	-0,87%
Resultado Financeiro Líquido	(69.541)	(38.708)	79,66%
Lucro Antes do IR & CS	53.877	39.785	35,42%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(13.031)	(8.495)	53,40%
Lucro Líquido atribuído aos acionistas da controladora	40.846	31.290	30,54%
Endividamento bruto (g)	538.850	659.876	-18,34%
Investimentos (caixa)	63.807	63.844	-0,06%
Veículos equivalentes (em milhares)	133.362	129.246	3,18%

- (a) Custos e despesas: os itens apresentados neste grupo (por sua natureza) são apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia, por função nos seguintes grupos: custo dos bens e/ou serviços prestados, despesas gerais e administrativas, outros resultados operacionais.
- (b) A margem EBIT ajustada, foi calculada por meio da divisão do EBIT ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita líquida de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida afeta os custos totais.
- (c) Calculados de acordo com a Instrução CVM 527/2012.
- (d) A provisão de manutenção se refere à estimativa de gastos futuros com manutenção periódica e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (e) Refere-se à apropriação ao resultado de pagamentos antecipados relacionados à concessão e é ajustada, pois se refere a item não-caixa relevante das demonstrações financeiras.
- (f) A margem EBITDA ajustada foi calculada por meio da divisão do EBITDA ajustado pelas receitas líquidas, excluindo-se a receita de construção, dado que esta é um requerimento das práticas contábeis adotadas no Brasil, cuja contrapartida de igual valor afeta os custos totais.
- (g) Somatório das debêntures e notas promissórias de curto e longo prazo (líquidos dos custos de transação).

2.1.1 Receita operacional

A receita operacional bruta de pedágio em 2022 totalizou R\$ 355.057 (18,19% sobre 2021). O aumento da receita é reflexo do crescimento de 3,6% no tráfego no mesmo período devido a liberação das restrições impostas pela pandemia que ainda estavam vigentes em parte de 2021. Além disso, há o reajuste de tarifa de 8,06% no primeiro semestre e de 11,73% no segundo semestre (via ressarcimento de ajuste tarifário).

2.1.2 Custos e despesas totais

Os custos e despesas totalizaram R\$ 239.554 no ano de 2022. Os principais fatores que contribuíram para a redução de 3,65% em relação a 2021, foram:

- Os custos de construção atingiram R\$ 35.176. A redução de 29,34% em relação a 2021 é reflexo do Cronograma de Investimentos acordado com o Poder Concedente. No ano anterior o principal montante de investimento foi a Implantação de barreiras acústicas.
- Em 2022, a provisão de manutenção totalizou R\$ 7.374, ante R\$ 19.093 em 2021, reflexo da provisão dos custos futuros com manutenções e recuperações do pavimento. Durante o exercício de 2022, foram realizadas revisões das soluções e estimativas de custos com manutenção, envolvendo entre outros, a análise da periodicidade das obras de manutenção e sua conexão com o contrato de concessão, a estimativa dos custos a serem provisionados e a correspondente apuração do valor presente.
- Depreciação e amortização somaram R\$ 22.159 no ano de 2022. A redução de 0,13% em relação ao ano anterior decorre dos investimentos realizados, descrito na seção de investimentos.
- O custo da outorga, que inclui a apropriação de despesas antecipadas, atingiu R\$ 84.347 no ano de 2022, não sofrendo variações significativas.
- Em 2022, o custo de serviços totalizou R\$ 26.312, representando redução de 20,24% em relação a 2021, substancialmente pela revisão da volumetria dos serviços de gerenciamento de obras, serviços compartilhados e serviço de gerenciamento de TI.
- Os custos e despesas com pessoal atingiram R\$ 41.074 no ano de 2022, registrando um aumento de 53,85% em relação a 2021, reflexo principalmente do efeito dos custos com pessoal dos serviços compartilhados e das adequações do quadro de pessoal.
- Os outros custos (seguros, aluguéis, materiais, equipamentos, veículos e outros), apresentaram um aumento de 25,08% e atingiram R\$ 23.112 no ano de 2022. Esse aumento deve-se, principalmente ao efeito de gastos com combustíveis, manutenção de veículos, aquisição de materiais para manutenção e conservação devido aos reajustes dos preços sofridos por esses itens, doações e ao aumento das demandas operacionais.

2.1.3 Resultado financeiro

No ano de 2022, as operações financeiras da Companhia geraram resultado financeiro líquido negativo de R\$ 69.541, ante R\$ 38.708 em 2021. O aumento de 79,66% ocorreu principalmente pela captação de nota promissória e variação do indexador CDI.

2.1.4 Lucro líquido

Em 2022, o lucro líquido atingiu R\$ 40.846, apresentando um aumento de 30,54% em relação a 2021, reflexo principalmente da melhora no Resultado Operacional.

2.1.5 Endividamento

O endividamento bruto alcançou R\$ 538.850 ante R\$ 659.876 em 2021, representando uma redução de 18,34%.

2.1.6 Investimentos

Em 2022, os investimentos somaram R\$ 63.807, dentre os quais destacam-se a Implantação das Vias Marginais Padroeira-Raposo e Recuperação do Pavimento.

3. Estratégia e Gestão

3.1. Governança Corporativa

Conselho de Administração

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o Estatuto Social. Nosso Conselho de Administração é, atualmente, composto por seis membros efetivos, dentre os quais um será eleito Presidente e um Vice-Presidente.

De acordo com o nosso Estatuto Social, o Conselho de Administração é um órgão de deliberação colegiada e será composto por, no mínimo seis e no máximo oito membros efetivos. Os membros do Conselho de Administração, dentre os quais o Presidente, serão eleitos pelos nossos acionistas reunidos em Assembleia Geral Ordinária para um mandato unificado de um ano, podendo ser reeleitos. Os membros de nosso Conselho de Administração também podem ser eleitos em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia.

Compete à Diretoria Executiva a gestão dos negócios, observadas as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva funcionará em forma colegiada, deliberando sempre por consenso entre seus integrantes. Na hipótese de não ocorrer o esperado consenso, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.

Os Diretores são responsáveis pela administração cotidiana e são eleitos pelo nosso Conselho de Administração para um prazo de mandato de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos.

Atualmente, a Diretoria da Companhia é composta por 2 (dois) membros, sendo um deles Diretor Presidente e de Relações com Investidores e o outro de Engenharia de Operações, conforme Estatuto Social da Companhia.

Maiores informações e detalhes sobre a atuação da Companhia no âmbito da governança corporativa podem ser encontrados em nosso site, por meio do endereço www.rodaneloeste.com.br/ri

3.2. Gestão de Pessoas

A Companhia acredita na capacidade criativa, realizadora e transformadora do ser humano, o que motiva a realização de um trabalho em equipe, levando a organização a superar desafios e limites. Fundamentada nesta crença, a empresa desenvolveu uma política de gestão de pessoas com foco na excelência da seleção, retenção e desenvolvimento das pessoas, oferecendo subsídios para promover o crescimento de seus profissionais, de maneira sólida e responsável. Atualmente a Companhia emprega 496 de forma direta.

Em 2022, foram investidos R\$ 83 mil em 25 programas de treinamento e capacitação das pessoas.

4. ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor para seus acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os outros públicos de relacionamento.

Essa visão estratégica é assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal ao Grupo, desde o Conselho de Administração (CA-CCR) até a Companhia que administra os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, e estando a gestão desta estratégia a cargo da Vice-Presidência de Governança, Riscos, Compliance e Auditoria Interna também responsável pela área de ESG. A atuação do CA-CCR, por meio do Comitê de Gente e ESG que o assessora, contribui para estabelecer diretrizes que alinhem a gestão dos negócios às demandas e movimentos globais em prol do desenvolvimento sustentável, monitorando o cumprimento do Plano Diretor ESG e identificando questões críticas para fins de aprimoramento, análise de riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com stakeholders, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos. Em 2022, seguimos avançando com o desdobramento das ações do Plano Diretor ESG e metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Integramos pela 12ª vez consecutiva a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, possuímos rating A no MSCI, nota B no CDP e Selo Ouro no GHG Protocol desde 2013.

A definição da estratégia corporativa de sustentabilidade é decidida de forma colegiada através da Diretoria Executiva, do Comitê de Gente e ESG e do Conselho de Administração da CCR S.A. A Diretoria Executiva conta com um executivo responsável pela gestão do tema e uma equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios. A responsabilidade pelo planejamento e análise dos projetos de responsabilidade social é do Instituto CCR, também responsável pela gestão do investimento social da Companhia, conforme descrito no item 4.3.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR. Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse <http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>.

4.1 Iniciativas Voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.

- *Disclosure Insight Action* (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- *Global Reporting Initiative* (GRI): organização *multistakeholder* que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse *framework* é explicar para os *stakeholders* como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento *Ambição Net Zero*: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.

4.2 Instituto CCR

O Instituto CCR, entidade sem fins lucrativos, criado em 2014 responsável por gerir o investimento social do Grupo CCR, proporcionando a transformação social nas regiões onde atua.

Apoia projetos via leis de incentivo, campanhas institucionais e por meio dos programas proprietários, como o Caminhos para a Cidadania, que está presente em mais de 1.600 escolas e forma mais de 3 mil professores, e o Caminhos para a Saúde, que oferece atendimentos de saúde a caminhoneiros, motociclistas, passageiros, ciclistas e clientes de metrô somando 49 mil atendimentos em 2022. O foco do Instituto CCR é a transformação social por meio de iniciativas de cultura, educação, esporte e saúde. Somente em 2022, foram aplicados R\$ 49 milhões em projetos sociais. Saiba mais em www.institutoccr.com.br

4.3 Reconhecimentos e Prêmios

Em 2022, a companhia conquistou o 5º Lugar nas Categorias “Escolha do Usuário” e “Eficiência dos Serviços Operacionais” no Prêmio ARTESP.

- Principais projetos sociais desenvolvidos pela Companhia:

Caminhos para a Cidadania - Com foco em segurança no trânsito, mobilidade urbana e cidadania, o programa oferece uma abordagem didático-pedagógica, desenvolvida para se trabalhar questões relativas à cidadania e a segurança no trânsito. O objetivo do programa é contribuir para uma sociedade mais consciente, preservando vidas e formando jovens cidadãos. O programa Caminhos para a Cidadania tem como foco os alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental das redes públicas de ensino. Em 2022 as atividades são desenvolvidas de forma totalmente digital. Para os professores são realizados cursos online, com questões pertinentes ao momento pós pandemia. Para apoio aos alunos são disponibilizados no site www.caminhosparaacidadania.com.br planos de aula que podem ser aplicados pelos pais com as crianças, além de jogos educativos, sugestões e séries que divertem e ensinam ao mesmo tempo. Município participante: Embu das Artes.

Junho Vermelho - Doação de Sangue: Campanha de incentivo para clientes e colaboradores para doação de sangue. Mensagens veiculadas nos painéis eletrônicos das rodovias. Divulgação interna por meio dos comunicados eletrônicos, rádio e rede social Yammer.

Campanha do Agasalho: Em parceria com a ONG Gerando Falcões o Instituto CCR, por meio da CCR RodoAnel e demais unidades de negócio do Grupo CCR, realizaram a Campanha do Agasalho 2022, incentivando clientes das rodovias e colaboradores a fazerem doações de agasalhos e cobertores em bom estado. Todas as praças de pedágio e bases de atendimento da concessionária foram postos de arrecadação. Toda a arrecadação foi destinada ao bazar da ONG Gerando Falcões. Foram arrecadadas 150 kg de peças de roupas.

Inverno Solidário - Distribuição de 300 cobertores novos e 300 sacos de dormir para a comunidade lindeira.

Espetáculo Teatral Cadê o Amor que estava aqui?: Apresentação do espetáculo teatral “Cadê o Amor que estava aqui?” para alunos e professores das escolas públicas de Embu das Artes. A peça aborda temas como a preservação da natureza, a amizade e a solidariedade, além da inclusão social e diversidade. Além disso, ressalta a importância do trabalho em grupo e como pequenas atitudes podem ajudar a mudar o planeta. Para isso o enredo conta as experiências de um dedicado professor deficiente visual, que luta por um mundo melhor, formando cidadãos conscientes. Público de 1.100 pessoas.

Teatro a Bordo – Entrega de livros Caixola de Histórias para ler e ouvir. Foram entregues 100 livros para o município de Embu das Artes.

Campanha Natal Solidário: Em parceria com a Umbigo do Mundo e a Maurício de Souza Produções, o Instituto CCR, por meio da CCR RodoAnel e demais unidades de negócio do Grupo CCR, realizaram a Campanha Natal Solidário, incentivando clientes das rodovias e colaboradores a fazerem doações de brinquedos novos ou bom estado. Todas as praças de pedágio e bases de atendimento da concessionária receberam caixas para a coleta, que se tornaram postos para a doação. A arrecadação foi destinada à APAE de Barueri.

- Investimento em treinamentos e capacitações para os colaboradores

A Companhia trabalha ativamente de maneira a desenvolver seus colaboradores. Em continuidade ao trabalho que vem sendo realizado, no ano de 2022, ocorreram diversos treinamentos destacando-se: Resgate Veicular, Manejo e Captura de Animais Silvestres, Treinamento de Redação Empresarial, Treinamento de Excel, Treinamento de Feedback, Olimpíadas do Trauma, Auditor Interno ISSO 9001, Interação sinalização presencial e socorro mecânico.

4. Considerações Finais

5.1 Agradecimentos

Gostaríamos de expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Companhia.

5.2 Auditores Independentes

Informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, não foram contratados Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

5.3 Declaração da Diretoria

Em observância às disposições constantes, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Barueri, 9 de março de 2023.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e Administradores da
Concessionária do Rodoanel Oeste S.A.**
Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Capitalização de gastos relacionados aos ativos de concessão

Veja as Notas 3 (g), 3 (o) e 12 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 54.289 mil referente a infraestrutura em construção que está sendo realizada na rodovia sob concessão.</p> <p>Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, os gastos com melhorias ou ampliações da infraestrutura são reconhecidos como ativos, uma vez que representam serviços de construção com potencial de geração de receitas adicionais, enquanto que os gastos com manutenção da infraestrutura são reconhecidos como despesas quando incorridos, uma vez que não representam potencial de geração de receita adicional.</p> <p>A Companhia exerceu julgamentos para determinar quais os gastos que possuem potencial de geração de receitas adicionais e, conseqüentemente, são reconhecidos como ativos.</p> <p>Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria, devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e ao julgamento realizado pela Companhia para aplicação dessa política contábil, que pode ter efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">– Testes documentais, em base amostral, dos gastos com a construção e melhoria da infraestrutura em construção, incluindo: a inspeção das medições, notas fiscais, comprovantes de pagamentos e contratos.– Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com a construção, melhoria e manutenção da infraestrutura, considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.– Avaliação se as divulgações nas demonstrações contábeis consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumarizados, consideramos aceitáveis os gastos capitalizados com construção e melhoria da infraestrutura, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

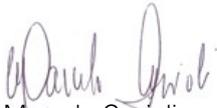
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.
Balancos patrimoniais
em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	59.778	62.210	Debêntures e notas promissórias	13	218.325	203.865
Aplicações financeiras	6	30.644	90.646	Fornecedores		20.106	12.177
Contas a receber	7	22.555	21.715	Impostos e contribuições a recolher		4.990	4.431
Contas a receber - partes relacionadas	10	2.696	1.727	Obrigações sociais e trabalhistas		4.289	3.370
Cessão onerosa - partes relacionadas	10	-	4.848	Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	10	1.158	19.605
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	73.578	73.578	Obrigações com o Poder Concedente		1.134	865
Tributos a recuperar		5.615	7.802	Provisão de manutenção	15	25.724	35.682
Contas a receber - operações de derivativos	19	3.229	2.947	Juros sobre capital próprio		5.224	-
Adiantamento a fornecedores		37	-	Outras contas a pagar		173	327
Despesas antecipadas e outros créditos		1.924	1.543				
Total do ativo circulante		200.056	267.016	Total do passivo circulante		281.123	280.322
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Debêntures e notas promissórias	13	320.525	456.011
Depósitos judiciais		297	1.086	Impostos e contribuições a recolher		13.826	11.459
IR e CS diferidos	8b	261.558	274.086	Provisão para riscos trabalhistas, previdenciários e cíveis	14	82	73
Pagamentos antecipados relacionados à concessão	9	1.060.749	1.134.327	Provisão de manutenção	15	2.384	12.777
Contas a receber - operações de derivativos	19	1.087	2.584	Fornecedores		525	574
		1.323.691	1.412.083	Mútuos cedidos à terceiros	19	122.884	109.464
Imobilizado	11	25.433	22.203	Total do passivo não circulante		460.226	590.358
Intangível	12	331.115	345.477	Patrimônio líquido			
Infraestrutura em construção	12	183.215	130.636	Capital social	16a	1.303.434	1.303.434
				Reservas de lucros	16b	9.676	3.301
Total do ativo não circulante		1.863.454	1.910.399	Dividendo adicional proposto	16d	9.051	-
Total do ativo		2.063.510	2.177.415	Total do passivo e patrimônio líquido		2.063.510	2.177.415

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
Receita operacional líquida	17	362.972	327.126
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		(35.176)	(49.785)
Provisão de manutenção	15	(7.374)	(19.093)
Depreciação e amortização	11 e 12	(20.649)	(20.703)
Custo da outorga		(84.347)	(79.402)
Serviços		(20.114)	(22.794)
Custo com pessoal		(34.083)	(25.631)
Materiais, equipamentos e veículos		(5.899)	(4.628)
Outros		(4.560)	(3.722)
		<u>(212.202)</u>	<u>(225.758)</u>
Lucro bruto		<u>150.770</u>	<u>101.368</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(6.991)	(1.067)
Serviços		(7.885)	(12.329)
Materiais, equipamentos e veículos		(1.094)	(1.314)
Depreciação e amortização	11 e 12	(1.510)	(1.484)
Água, luz, telefone, internet e gás		(1.969)	(1.767)
Contribuições a sindicatos e associações de classe		(205)	(166)
(Provisão) reversão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários		(9)	31
Aluguéis de imóveis e condomínios		(416)	(35)
Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos		(1.511)	(1.281)
Impostos, taxas e despesas com cartórios		(196)	(167)
(Provisão) reversão para perda esperada - contas a receber das operações		(124)	172
Editais e publicações		(50)	(13)
Despesas legais e judiciais		(145)	(230)
Provisão de despesas e multas indedutíveis		(2.028)	(1.358)
Lei Rouanet, incentivos audiovisuais, esportivos e outros		(1.298)	(966)
Outros		(1.942)	(1.042)
		<u>(27.373)</u>	<u>(23.016)</u>
Outros resultados operacionais		<u>21</u>	<u>141</u>
Resultado antes do resultado financeiro		123.418	78.493
Resultado financeiro	18	<u>(69.541)</u>	<u>(38.708)</u>
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		53.877	39.785
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8a	<u>(13.031)</u>	<u>(8.495)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>40.846</u>	<u>31.290</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.
Demonstrações dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	40.846	31.290
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>40.846</u></u>	<u><u>31.290</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Reserva de lucros		Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Legal				Retenção de lucros
Saldos em 1º de janeiro de 2021		1.303.434	1.737	1.920	5.400	-	1.312.491
Distribuições de dividendos em 13 de abril de 2021		-	-	(1.920)	(5.400)	-	(7.320)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	31.290	31.290
Destinações:							
Reserva legal		-	1.564	-	-	(1.564)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 25 de novembro de 2021		-	-	-	-	(14.031)	(14.031)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (líquido)		-	-	-	-	(13.341)	(13.341)
Juros sobre capital próprio em 25 de novembro de 2021 (IRRF)		-	-	-	-	(2.354)	(2.354)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.303.434	3.301	-	-	-	1.306.735
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	40.846	40.846
Destinações:							
Reserva legal	16b	-	2.042	-	-	(2.042)	-
Distribuição de dividendos intermediários em 28 de novembro de 2022	16d	-	-	-	-	(7.388)	(7.388)
Juros sobre capital próprio em 28 de novembro de 2022 (líquido)	16e	-	-	-	-	(10.103)	(10.103)
Juros sobre capital próprio em 28 de novembro de 2022 (IRRF)	16e	-	-	-	-	(1.783)	(1.783)
Juros sobre capital próprio em 08 de dezembro de 2022 (líquido)	16e	-	-	-	-	(5.224)	(5.224)
Juros sobre capital próprio em 08 de dezembro de 2022 (IRRF)	16e	-	-	-	-	(922)	(922)
Dividendo adicional proposto	16d	-	-	-	9.051	(9.051)	-
Reserva de retenção de lucros	16c	-	-	4.333	-	(4.333)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.303.434	5.343	4.333	9.051	-	1.322.161

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	40.846	31.290
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.528	(191)
Apropriação de despesas antecipadas relacionadas à concessão	73.578	73.578
Depreciação e amortização	22.159	22.187
Baixa de ativo imobilizado	188	70
Capitalização de custo de debêntures	(19.939)	(4.877)
Juros sobre debêntures e notas promissórias	79.837	34.839
Constituição da provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	270	278
Atualização monetária sobre riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	9	6
Resultado de operações com derivativos	(2.127)	(5.090)
Valor justo de debêntures	(1.559)	5.650
Juros sobre mútuo com terceiros	15.788	5.351
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	124	(170)
Constituição de provisão de manutenção	7.374	19.093
Ajustes a valor presente da provisão de manutenção	2.869	2.661
Juros e variação monetária sobre mútuos com partes relacionadas	5.442	(534)
Rendimentos de aplicação financeira	(1.846)	3.826
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	1	1
	<u>235.542</u>	<u>187.968</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) redução dos ativos		
Contas a receber	(964)	(4.559)
Contas a receber - partes relacionadas	(708)	(1.038)
Tributos a recuperar	2.200	(7.497)
Despesas antecipadas e outras	408	(1.209)
Adiantamento a fornecedores	(37)	74
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	191	5.297
Fornecedores - partes relacionadas	(24.062)	19.366
Obrigações sociais e trabalhistas	919	580
Impostos e contribuições a recolher e provisão imposto de renda e contribuição social	2.690	17.582
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social	(2.469)	(15.871)
Obrigações com o Poder Concedente	61	493
Pagamentos de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários	(270)	(315)
Mútuos com terceiros	(2.368)	-
Realização da provisão de manutenção	(30.594)	(9.679)
Outras obrigações com Poder Concedente	208	-
Outras contas a pagar	(154)	220
	<u>180.593</u>	<u>191.412</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(8.003)	(2.673)
Adições ao ativo intangível	(28.177)	(51.492)
Outros de ativo intangível	-	986
Cessão onerosa - partes relacionadas	-	37.999
Mútuos com partes relacionadas (recebimentos)	4.760	-
Aplicações na conta reserva líquidas de resgate	(295)	(231)
Aplicações financeiras líquidas de resgate	62.143	14.381
	<u>30.428</u>	<u>(1.030)</u>
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação (liquidação) de operações com derivativos	3.342	(969)
Mútuos com terceiros	-	(803)
Debêntures e notas promissórias		
Captações	41.857	-
Pagamentos de principal	(167.999)	(124.000)
Pagamentos de juros	(73.162)	(26.667)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(17.491)	(37.046)
	<u>(213.453)</u>	<u>(189.485)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento		
(Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>(2.432)</u>	<u>897</u>
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	62.210	61.313
No final do exercício	<u>59.778</u>	<u>62.210</u>
	<u>(2.432)</u>	<u>897</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, constituída de acordo com as leis brasileiras. A sede da Companhia está localizada na Avenida Marcos Pentead de Ulhoa Rodrigues, 690 – sala 11 – 1º andar, bairro Tamboré na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

A Companhia, sob o regime de concessão do Sistema Rodoviário constituído pela malha rodoviária estadual do trecho Oeste do Rodoanel Mário Covas, tendo início no km 0+000 na Av. Raimundo Pereira de Magalhães (Km 24 da Estrada Velha de Campinas - SP 322) e terminando na altura do Km 278+800 da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), incluindo o dispositivo de intersecção com a Rodovia Régis Bittencourt, correspondente ao Lote 24 do Programa de Concessões Rodoviárias do Estado de São Paulo, tem por objeto a exploração do Sistema Rodoviário que compreende:

- a) Execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados;
- b) Apoio na execução dos serviços não delegados; e
- c) Gestão dos serviços complementares, na forma do regulamento da concessão, compreendendo execução, gestão e fiscalização.

O prazo da concessão é de 30 (trinta) anos, contados da data da transferência de controle do sistema existente, ou seja, 1º de junho de 2008, podendo ser prorrogado na forma da lei e conforme condições previstas no contrato de concessão n.º 001/ARTESP/2008.

A Companhia iniciou suas operações em 17 de dezembro de 2008.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

Ampliações e melhoramentos

- Implantação de Faixas Adicionais entre a Rodovia Castello Branco e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de Vias Marginais entre o dispositivo da Padroeira e a Rodovia Raposo Tavares;
- Implantação de seis passarelas para pedestres;
- Melhorias nos dispositivos de entroncamento da Padroeira e da Rodovia Castello Branco;
- Construção de viaduto - Passagem Superior da estrada velha de Cotia;
- Implantação de Barreiras Acústicas em determinados trechos da Rodovia;
- Sistema de Monitoração de Tráfego, incluindo CFTV e analisadores de Tráfego;
- Sistema de Telecomunicações, incluindo Telefones de Emergência e Painéis de Mensagem Variável;
- Sistema de Arrecadação, incluindo a implantação de praças de pedágio; e
- Sistema de Controle de Fiscalização, incluindo a implantação de postos de pesagem.

No período de doze meses findos em 31 de dezembro de 2022, não ocorreram mudanças relevantes no contexto operacional, em relação às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, exceto quanto ao abaixo descrito:

- **Termo Aditivo Modificativo n.º 2/2022 (Reajuste tarifário de 2022)**

Em 30 de junho de 2022, o Governo do Estado de São Paulo formalizou, por meio da edição suplementar do Diário Oficial do Estado de São Paulo, a estabilização temporária do valor vigente das tarifas de pedágios, deixando de aplicar o reajuste contratual, previsto para vigorar a partir de 1º de julho de 2022, e previsto nos contratos de concessão firmados pela Companhia.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 7 de julho de 2022, o Conselho Diretor da ARTESP, no âmbito do processo ARTESP/PRC2022/04426, publicou, no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a decisão de acatar integralmente as determinações da Secretaria de Logística e Transportes do Estado de São Paulo, que reconhece a necessidade de reequilibrar os contratos de concessão das concessionárias de rodovia estaduais, incluindo a Companhia, em função da ausência de reajuste tarifário a partir de 1º de julho de 2022.

Em 18 de agosto de 2022, foi celebrado o Termo Aditivo e Modificativo Coletivo n.º 02/2022, que teve como objetivo: (i) reconhecer o desequilíbrio econômico-financeiro gerado em decorrência da decisão do Poder Concedente de estabilizar, temporariamente, o valor vigente das tarifas de pedágio dos contratos de concessão; (ii) promover o reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão em razão da frustração da receita bruta causada pelo não repasse do reajuste das tarifas quilométricas de pedágio referente à variação do respectivo indexador tarifário contratual entre 2021 e 2022 no momento determinado pelos contratos de concessão; (iii) estabelecer a metodologia de recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão, que dar-se-á mediante emprego de verbas do tesouro pelo Poder Concedente, por meio de pagamentos bimestrais às concessionárias; e (iv) consignar que o reajuste tarifário ocorresse até 16 de dezembro de 2022, o que foi efetivado nesta data limite.

Bens reversíveis, opção de renovação de contratos de concessão e direitos de rescindir o contrato

No final do período de concessão da rodovia, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações. A Companhia terá direito ao ressarcimento relativo aos investimentos necessários para garantir a continuidade e atualidade dos serviços abrangidos pelo contrato de concessão, desde que ainda não tenham sido depreciados/amortizados e cuja implementação, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo de concessão.

O contrato de concessão da Companhia não contém opção de renovação.

O direito do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da Companhia e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da Companhia, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente tais como o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Outras informações relevantes

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos relacionados a questões regulatórias de concessão. São eles, principalmente:

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i. Ação Popular - lei Estadual n.º 2.481/1953 que limita instalações de pedágio no raio de 35 km do marco zero da Capital de São Paulo

Trata-se de ação popular proposta por único autor, Cesar Augusto Coelho Nogueira Machado, em face do Estado de São Paulo, da ARTESP e dos acionistas da Companhia, CCR e Encalco Construções Ltda. (Encalco), com pedido de anulação das cláusulas do contrato de concessão, protocolada em 15 de dezembro de 2008.

Em 8 de janeiro de 2009, foi deferida liminar determinando a paralisação da cobrança de pedágio, tendo a Companhia recebido e acatado determinação da Agência Reguladora neste sentido, por não ser parte da ação. Em 9 de janeiro de 2009, em virtude de suspensão de liminar apresentada pelo Estado de São Paulo, o Tribunal de Justiça suspendeu tal decisão, restabelecendo a cobrança de pedágio até trânsito em julgado do processo.

Após tramitação judicial, o processo foi anulado desde a citação a fim de que o autor emende a petição inicial.

Em 16 de setembro de 2021, o autor popular foi intimado a emendar a inicial para incluir no polo passivo agentes públicos e demais pessoas físicas que, no entender do autor popular, seriam responsáveis pelos atos considerados inválidos. Aguarda-se a manifestação do autor.

ii. Reajuste Tarifário de 2013

O Governo do Estado de São Paulo decidiu não repassar aos usuários das rodovias estaduais os reajustes das tarifas definidos para 1º de julho de 2013, conforme contratos de concessão em vigor. O Conselho Diretor da ARTESP deliberou, em 26 de junho de 2013, autorizar o reajuste das tarifas pela variação do IGP-M e definir várias medidas de compensação da sua não cobrança dos usuários, pela: (i) utilização de 50% do valor de 3% sobre a receita bruta, previsto a título de ônus variável pago ao Estado para fins de fiscalização dos contratos; (ii) implementação da cobrança de tarifas relativas aos eixos suspensos dos caminhões que transitam nas rodovias estaduais; (iii) utilização parcial do ônus fixo devido ao Estado, caso necessário para complementar. Para efetivar tais deliberações, foram adotadas as seguintes medidas: (i) edição da Resolução SLT n.º 4, de 22 de julho de 2013, regulamentando a cobrança dos eixos suspensos; (ii) o Conselho Diretor da ARTESP autorizou, em 27 de julho de 2013, o não recolhimento, pelas concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta (equivalente a 50%), a título de ônus variável referentes aos meses de julho, agosto e setembro de 2013, e (iii) o Conselho Diretor da ARTESP decidiu, em 14 de dezembro de 2013, prorrogar por prazo indeterminado a autorização para o não recolhimento, pelas Concessionárias, de 1,5% sobre a receita bruta.

Ocorre que, as medidas estabelecidas pela ARTESP não foram suficientes para compensar integralmente o desequilíbrio econômico-financeiro que as Concessionárias suportaram pelo não repasse, aos usuários, do reajuste tarifário definido em 2013.

Por essa razão, a Companhia, em 18 de maio de 2017, propôs ação de procedimento ordinário n.º 1019383-89.2017.8.26.0053 contra a ARTESP e o Estado de São Paulo, pleiteando o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, em razão da ausência de reajuste da tarifa de pedágio em 2013 e parcial em 2014.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 25 de abril de 2019, finalizada a fase de instrução processual, foi proferida sentença julgando procedente o pedido da Companhia a condenar o Estado de São Paulo e a ARTESP ao reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão, em razão da ausência do reajuste contratual nos anos de 2013 e 2014. Nesse momento, aguarda-se a eventual interposição dos recursos cabíveis pelo Estado de São Paulo e ARTESP.

Em 8 de maio de 2019, a Companhia opôs embargos de declaração contra a parte da sentença que dispôs sobre os honorários advocatícios. Em 14 de maio de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP também opuseram embargos de declaração. Em 3 de junho de 2019, foi publicada decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo Estado e a ARTESP e deu provimento aos embargos de declaração opostos pela Companhia. Em 23 de julho de 2019, o Estado de São Paulo e a ARTESP interpuseram recurso de apelação. Em 29 de julho de 2019, foi publicado despacho intimando a Companhia a apresentar contrarrazões. Aguarda-se julgamento dos recursos desde então.

A Administração da Companhia reitera a sua confiança nos procedimentos legais vigentes, aplicáveis aos contratos de concessão.

As demonstrações financeiras da Companhia não contemplam ajustes decorrentes destes processos, tendo em vista que até a presente data não houve desfecho ou tendência desfavorável para nenhum deles.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 9 de março de 2023, foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas estão demonstradas na nota explicativa 3o - Classificação de obras de melhorias incorporadas ao ativo intangível – ICPC 01 (R1). As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

7	Provisão para perda esperada
8b	Impostos diferidos
12	Amortização dos ativos intangíveis
14	Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários
15	Provisão de manutenção
19	Instrumentos financeiros
20	Compromissos vinculados a contratos de concessão

3. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras, exceto pela mudança de política sobre a contabilização de transações relacionadas a reequilíbrios econômicos entre concessionária e Poder Concedente favoráveis à Companhia, descrita no item “p”:

a) Moeda estrangeira

- Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

b) Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As receitas de pedágio são reconhecidas quando da utilização pelos usuários da rodovia.

As receitas acessórias são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.

Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

c) Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente -o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com moeda estrangeira e juros, como *hedge* de valor justo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A nota explicativa n.º 19 traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

Hedge de valor justo: *hedge* de exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, ou de parte identificada de tal ativo, passivo ou compromisso firme, que seja atribuível a um risco particular e possa afetar o resultado.

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado juntamente com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. A contabilização do *hedge* é descontinuada, prospectivamente, quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir da data de descontinuação.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

- Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esse possa operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 11.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida – vide no item “o”.

Os ativos em fase de construção são classificados como infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

h) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento, são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

- Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Companhia determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data da avaliação até a data final do prazo de concessão, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a cada unidade geradora de caixa.

Durante a projeção, as premissas chaves consideradas estão relacionadas à estimativa de tráfego do projeto de infraestrutura detido, aos índices que reajustam as tarifas, ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e à respectiva elasticidade ao PIB do setor, custos operacionais, inflação, investimento de capital e taxas de descontos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

i) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

j) Provisão de manutenção – contratos de concessão

As obrigações contratuais para manter a infraestrutura concedida com um nível específico de operacionalidade ou de recuperar a infraestrutura na condição especificada antes de devolvê-la ao Poder Concedente ao final do contrato de concessão, são registradas e avaliadas pela melhor estimativa de gastos necessários para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

A política da Companhia define que estão enquadradas no escopo da provisão de manutenção as intervenções físicas de caráter periódico, claramente identificado, destinadas a recompor a infraestrutura concedida às condições técnicas e operacionais exigidas pelo contrato, ao longo de todo o período da concessão.

Considera-se uma obrigação presente de manutenção somente a próxima intervenção a ser realizada. Obrigações reincidentes ao longo do contrato de concessão passam a ser provisionadas à medida que a obrigação anterior tenha sido concluída e o item restaurado colocado novamente à disposição dos usuários.

A provisão de manutenção é contabilizada com base nos fluxos de caixa previstos de cada objeto de provisão trazidos a valor presente levando-se em conta o custo dos recursos econômicos no tempo e os riscos do negócio.

k) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem, basicamente, os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

l) Benefícios a empregados

- Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela Administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

n) Direito da Concessão

Em consideração à orientação contida nos itens 12 (a) e 13 da OCPC 05 – Contratos de Concessão, é adotada a prática contábil de não ativar o preço da delegação do serviço público, não reconhecendo os valores futuros a pagar ao Poder Concedente (divulgado na nota explicativa n.º 20) com base nos termos contratuais, sob o entendimento do contrato de concessão da Companhia ser contrato executório. A Administração da Companhia avalia que este contrato de concessão pode ser encerrado sem custos relevantes que não sejam indenizados.

o) Contratos de concessão de serviços - Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01 (R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01 (R1), o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público, além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

p) Contabilização de reequilíbrios econômicos

A Companhia reconhece contabilmente os ativos não monetários oriundos de contratos de concessão firmados com o Poder Concedente extensão de prazos decorrentes de reequilíbrios econômicos, como ativo intangível pelo seu valor justo, tendo como contrapartida uma receita no resultado, considerando que não existe nenhuma obrigação de performance associada. Sobre o valor contabilizado no resultado, constituiu-se passivo fiscal diferido decorrente da diferença temporária.

q) Informação por segmento

A operação da Companhia consiste na exploração de concessão pública de rodovia, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do estado de São Paulo e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

Nenhum cliente externo representa mais do que dez por cento das receitas totais da Companhia.

r) Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2022, as novas normas abaixo descritas, que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2022:

- **Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)**

As alterações buscam esclarecer quais custos devem ser considerados na estimativa do custo de cumprimento de um contrato para avaliar se o contrato é oneroso. Para isso, foram considerados tanto os custos incrementais de cumprimento do contrato quanto uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente com o cumprimento do contrato. As alterações são efetivas para contratos em que uma entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações em ou após 1º de janeiro de 2022.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

s) *Novas normas ainda não efetivas*

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23;
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32);
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06; e
- Passivo não circulante com covenants – alterações ao CPC 26.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxa de câmbio; e
- d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeita a Companhia à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativo às debêntures; e IGP-M relativo ao ônus da concessão. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.º 6, 13 e 19.

As tarifas de pedágio são reajustadas por índices de inflação.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a liquidação de passivos financeiros. Com a finalidade de se proteger dos valores a pagar em moedas estrangeiras, a Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade. Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores incluem pagamento de juros contratuais:

	<u>Menos de 1 ano</u>	<u>Entre 1 e 2 anos</u>	<u>Entre 2 e 3 anos</u>	<u>Entre 3 e 4 anos</u>	<u>Acima de 4 anos</u>
Debêntures e notas promissórias (a)	248.748	392.566	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas	1.158	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	20.279	-	208	312	5
Obrigações com o poder concedente	1.134	-	-	-	-
Mútuos cedidos à terceiros	-	156.273	-	-	-

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 81.067 substancialmente composto por debêntures e notas promissórias, detalhados nas notas explicativas n.º 13, respectivamente. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Companhia está permanentemente reestruturando suas dívidas. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

6. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Caixa e bancos	1.509	1.845
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	58.269	60.365
Total - Caixa e equivalentes de caixa	<u>59.778</u>	<u>62.210</u>
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Aplicações financeiras		
Fundos de investimentos	30.118	90.415
Conta reserva	526	231
Total - Aplicações financeiras	<u>30.644</u>	<u>90.646</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 101,11% do CDI, equivalente a 12,57% a.a., em 31 de dezembro de 2022 (99,41% do CDI, equivalente a 4,73% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2021).

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber das operações

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Circulante		
Receitas de pedágio (a)	22.345	21.593
Receitas acessórias (b)	<u>361</u>	<u>149</u>
	<u>22.706</u>	<u>21.742</u>
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações (c)	<u>(151)</u>	<u>(27)</u>
	<u>22.555</u>	<u>21.715</u>

Idade de vencimentos dos títulos

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Créditos a vencer	22.449	21.680
Créditos vencidos até 60 dias	86	32
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	20	3
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	66	18
Créditos vencidos há mais de 180 dias	<u>85</u>	<u>9</u>
	<u>22.706</u>	<u>21.742</u>

- (a) Créditos a receber decorrentes dos serviços prestados aos usuários, relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas à concessionária e créditos a receber decorrentes de vale pedágio;
- (b) Créditos de receitas acessórias (principalmente ocupação de faixa de domínio e locação de painéis publicitários) previstas no contrato de concessão; e
- (c) Provisão para perda esperada – contas a receber das operações, reflete a perda esperada da Companhia.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imposto de renda e contribuição social

a. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	53.877	39.785
Alíquota nominal	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(18.318)	(13.527)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(901)	(526)
Juros sobre capital próprio	6.131	5.336
Incentivos relativos ao imposto de renda	45	182
Remuneração variável de dirigentes estatutários	-	16
Outros ajustes tributários	<u>12</u>	<u>24</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social	<u>(13.031)</u>	<u>(8.495)</u>
Impostos correntes	(503)	(8.686)
Impostos diferidos	<u>(12.528)</u>	<u>191</u>
	<u>(13.031)</u>	<u>(8.495)</u>
Alíquota efetiva de impostos	<u>24,19%</u>	<u>21,35%</u>

b. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2022</u>				
	<u>2021</u>	<u>Reconhecido no resultado</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>Passivo fiscal diferido</u>
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	279.840	(245)	279.595	279.595	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	345	119	464	464	-
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	20	31	51	51	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	25	3	28	28	-
Constituição da provisão de manutenção	16.473	(6.920)	9.553	9.553	-
Resultado de operações com derivativos	242	(117)	125	125	-
Diferenças temporárias - lei 12.973/2014 (b)	(11.087)	676	(10.411)	-	(10.411)
Provisão para fornecedores	61	(60)	1	1	-
Capitalização de juros	(11.518)	(6.320)	(17.838)	-	(17.838)
Custo de transação de debêntures	(136)	52	(84)	-	(84)
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e COFINS	178	254	432	432	-
Valor justo	<u>(357)</u>	<u>(1)</u>	<u>(358)</u>	<u>-</u>	<u>(358)</u>
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	274.086	(12.528)	261.558	290.249	(28.691)
Compensação de imposto	-	-	-	(28.691)	28.691
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	<u>274.086</u>	<u>(12.528)</u>	<u>261.558</u>	<u>261.558</u>	<u>-</u>

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021				
	2020	Reconhecido no resultado	Valor líquido	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas	283.651	(3.811)	279.840	279.840	-
Provisão para participação nos resultados (PLR)	74	271	345	345	-
Provisão para perda esperada - contas a receber das operações	78	(58)	20	20	-
Provisão para riscos trabalhistas e previdenciários	35	(10)	25	25	-
Constituição da provisão de manutenção	12.369	4.104	16.473	16.473	-
Resultado de operações com derivativos	38	204	242	242	-
Diferenças temporárias - lei 12.973/2014 (b)	(11.762)	675	(11.087)	-	(11.087)
Provisão para fornecedores	7	54	61	61	-
Capitalização de juros	(10.356)	(1.162)	(11.518)	-	(11.518)
Custo de transação de empréstimos	(224)	88	(136)	-	(136)
Tributos com exigibilidade de suspensão de PIS e COFINS	-	178	178	178	-
Valor justo	(15)	(342)	(357)	2.638	(2.995)
Impostos diferidos ativos (passivos) antes da compensação	273.895	191	274.086	299.822	(25.736)
Compensação de imposto	-	-	-	(25.736)	25.736
Imposto diferido líquido ativo (passivo)	273.895	191	274.086	274.086	-

- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2022
2023	1.488
2024	10.221
2025	13.100
2026	16.072
2027	8.097
de 2028 a diante	230.617
	<u>279.595</u>

- (b) Saldos de diferenças temporárias resultante da aplicação do artigo n.º 69 da lei n.º 12.973/2014 (fim do Regime Tributário de Transição), compostos principalmente por depreciação do ativo imobilizado (fiscal) *versus* amortização do ativo intangível (contábil).

9. Pagamentos antecipados relacionados à concessão

	Início da concessão (a)	
	2022	2021
Circulante	73.578	73.578
Não circulante	1.060.749	1.134.327

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi apropriado ao resultado o montante de R\$ 73.578 (R\$ 73.578 no exercício de 2021).

- (a) Os pagamentos antecipados no início da concessão e pré-pagamentos ao Poder Concedente, relativos à outorga fixa da concessão foram ativados e estão sendo apropriados ao resultado pelo prazo de concessão.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios de 2022 e 2021, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais chave da Administração e outras partes relacionadas.

	Saldos					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo						
Bancos conta movimento	-	13	13	-	-	-
Contas a receber	-	2.696	2.696	-	1.727	1.727
Cessão onerosa	-	-	-	-	4.848	4.848
Passivo						
Debêntures	-	137.780	137.780	-	-	-
Fornecedores e contas a pagar	993	165	1.158	19.545	60	19.605
Juros sobre capital próprio	5.203	21	5.224	-	-	-
	Transações					
	2022			2021		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas de serviços prestados - transmissão de dados	-	215	215	-	227	227
Custos / despesas de serviços prestados - suporte e manutenção tecnologia	-	-	-	-	11.331	11.331
Custos / despesas de serviços prestados - gestão administrativa	-	-	-	11.154	-	11.154
Custos / despesas de infraestrutura utilizada	-	30	30	-	-	-
Custos / despesas - serviços de transporte de valores	-	51	51	-	-	-
Custos / despesas - doações	-	1.298	1.298	-	457	457
Custos / despesas de serviços prestados - CCR GBS	3.925	-	3.925	-	-	-
Repasso de custos e despesas de colaboradores	1	16	17	-	-	-
Repasso de custos e despesas - CCR GBS	9.170	-	9.170	-	-	-
Ressarcimento de danos de patrimônio	-	1	1	-	-	-
Receita de juros sobre cessão onerosa	-	173	173	-	534	534
Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas	5.615	-	5.615	-	-	-
Despesas financeiras	-	21	21	-	-	-
Benefício da previdência privada de colaboradores	-	24	24	-	-	-
Imobilizado/ Intangível	-	-	-	-	1.744	1.744

Na AGO realizada em 27 de abril de 2022, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, a qual inclui os encargos sociais e FGTS.

Não há remuneração da Administração, pois os administradores são os mesmos de outras partes relacionadas do Grupo CCR.

11. Ativo imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2021		2022			
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	Saldo final
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.795	-	(154)	52	-	1.693
Máquinas e equipamentos		26.236	-	(482)	752	-	26.506
Veículos		3.940	-	(159)	309	-	4.090
Equipamentos operacionais		47.814	-	(2.944)	800	(13)	45.657
Imobilizado em andamento		3.090	8.678	(12)	(1.898)	-	9.858
Total do custo		82.875	8.678	(3.751)	15	(13)	87.804
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.300)	(108)	140	-	-	(1.268)
Máquinas e equipamentos	11	(19.432)	(1.514)	466	-	-	(20.480)
Veículos	24	(2.583)	(672)	159	-	-	(3.096)
Equipamentos operacionais	12	(37.357)	(2.968)	2.798	-	-	(37.527)
Total da depreciação		(60.672)	(5.262)	3.563	-	-	(62.371)
Total geral		22.203	3.416	(188)	15	(13)	25.433

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Taxa média anual de depreciação %	2020		2021			Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências (a)	Outros (b)	
Valor de custo							
Móveis e utensílios		1.738	-	(96)	153	-	1.795
Máquinas e equipamentos		23.919	-	(149)	2.466	-	26.236
Veículos		3.254	-	(96)	782	-	3.940
Equipamentos operacionais		44.696	-	(10)	3.138	(10)	47.814
Imobilizado em andamento		6.212	2.852	(9)	(5.965)	-	3.090
Total do custo		79.819	2.852	(360)	574	(10)	82.875
Valor de depreciação							
Móveis e utensílios	10	(1.253)	(118)	71	-	-	(1.300)
Máquinas e equipamentos	11	(17.328)	(2.224)	120	-	-	(19.432)
Veículos	24	(1.957)	(717)	91	-	-	(2.583)
Equipamentos operacionais	12	(34.286)	(3.079)	8	-	-	(37.357)
Total da depreciação		(54.824)	(6.138)	290	-	-	(60.672)
Total geral		24.995	(3.286)	(70)	574	(10)	22.203

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado e intangível; e

(b) Refere-se a crédito de IRRF.

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 675 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 179 em 31 de dezembro de 2021). A taxa média de capitalização em 2022 e 2021 foram de 12,88% a.a. e 4,32% a.a., respectivamente (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias).

12. Intangível e infraestrutura em construção

	Taxa média anual de depreciação %	2021		2022		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura		453.216	-	1.710	-	454.926
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.740	-	12	-	1.752
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		838	840	(27)	-	1.651
Total do custo		455.794	840	1.695	-	458.329
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(108.842)	(16.795)	-	-	(125.637)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.475)	(102)	-	-	(1.577)
Total da amortização		(110.317)	(16.897)	-	-	(127.214)
Total do intangível		345.477	(16.057)	1.695	-	331.115
Infraestrutura em construção		130.636	54.289 (c)	(1.710)	-	183.215
2020						
	Taxa média anual de depreciação %	Saldo inicial	Adições	Transferências (a)	Saldo final	
Valor de custo						
Direitos de exploração da infraestrutura		451.545	-	1.671	-	453.216
Direitos de uso de sistemas informatizados		1.693	-	47	-	1.740
Direitos de uso de sistemas informatizados em andamento		1.147	312	(621)	-	838
Total do custo		454.385	312	1.097	-	455.794
Valor de amortização						
Direitos de exploração da infraestrutura	(*)	(92.912)	(15.930)	-	-	(108.842)
Direitos de uso de sistemas informatizados	20	(1.356)	(119)	-	-	(1.475)
Total da amortização		(94.268)	(16.049)	-	-	(110.317)
Total do intangível		360.117	(15.737)	1.097	-	345.477
Infraestrutura em construção		77.415	55.878	(1.671)	-	130.636

(*) Amortização pela curva de benefício econômico;

(a) Reclassificações entre ativo imobilizado, infraestrutura em construção e intangível;

(b) Refere-se a sinistros; e

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Implantação de Marginal - km 19+700 ao 24+400 - ambos os sentidos (Padroeira - Raposo), replantação de barreiras acústicas no trecho da obra Padroeira entre os km 21+500 ao 22+500 e a implantação da faixa adicional do km 15+200 ao km 19+150.

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 19.264 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 4.698 em 31 de dezembro de 2021). As taxas médias de capitalização em 2022 e 2021 foram de 12,88% a.a. e 4,32% a.a., respectivamente (custo dos empréstimos, dividido pelo saldo médio das debêntures e notas promissórias).

13. Debêntures e notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva de custo de transação (% a.a.)	Custo de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar e m 2022	Vencimento final	2022	2021
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	0,0760% (a)	3.171	198	Abril de 2024	244.418	327.143 (d)
6ª Emissão - Série única	120% do CDI (b)	N/I	-	-	Abril de 2024	248.247	332.733 (d)
7ª Emissão (Notas promissórias)	CDI + 1,30% a.a.	1,6450% (c)	143	48	Abril de 2023	46.185	- (d)
Total geral				246		538.850	659.876
Circulante							
Debêntures e notas promissórias						171.463	179.084
Custos de transação						(200)	(202)
Valor justo						47.062	24.983
						218.325	203.865
Não circulante							
Debêntures e notas promissórias						364.001	476.001
Custos de transação						(46)	(198)
Valor justo						(43.430)	(19.792)
						320.525	456.011

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos de transação incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas de CDI aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação;
- (b) A operação está sendo mensurada ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo). Para maiores detalhes vide nota explicativa n.º 19; e
- (c) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR.

Garantia

- (d) Aval / fiança corporativa da Controladora CCR S.A. na proporção de sua participação acionária.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Cronograma de desembolsos (não circulante)

	<u>2022</u>
2024	364.001
(-) Custo de transação	(46)
(-) Valor justo	<u>(43.430)</u>
Total	<u>320.525</u>

As condições, garantias e restrições pactuadas não foram alteradas e vêm sendo cumpridas regularmente.

14. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões cíveis, trabalhistas e previdenciários.

14.1 Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes e (iii) com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	<u>2021</u>		<u>2022</u>			
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamentos	Atualização de bases processuais e monetária	Saldo final
Não circulante						
Cíveis	-	145	-	(145)	-	-
Trabalhistas e previdenciários	<u>73</u>	<u>147</u>	<u>(22)</u>	<u>(125)</u>	<u>9</u>	<u>82</u>
	<u>73</u>	<u>292</u>	<u>(22)</u>	<u>(270)</u>	<u>9</u>	<u>82</u>

14.2 Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos passivos relativos a questões cíveis e trabalhistas, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Cíveis	161	3.580
Trabalhistas	<u>17</u>	<u>19</u>
	<u>178</u>	<u>3.599</u>

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Provisão de manutenção

	2021	2022			Saldo final
	Saldo inicial	Constituição (reversão) de provisão de manutenção	Ajuste a valor presente	Realização	
Circulante	35.682	16.565	4.071	(30.594)	25.724
Não circulante	12.777	(9.191)	(1.202)	-	2.384
	<u>48.459</u>	<u>7.374</u>	<u>2.869</u>	<u>(30.594)</u>	<u>28.108</u>

As taxas anuais de 2022 e 2021, para cálculo do valor presente, são de 9,64% a.a. e 7,08% a.a., respectivamente.

16. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.303.434, composto por 651.717 de ações ordinárias e 651.717 de ações preferenciais.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da lei n.º 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

c) Reserva de retenção de lucros

Foi constituída em razão de retenção de lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76. A retenção foi fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração, e será aprovada pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral Ordinária.

d) Dividendos

Em 25 de outubro de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o pagamento de dividendos à conta de dividendos intermediários do exercício de 2022, no montante de R\$ 7.388, correspondentes a R\$ 5,6684857476 por ação ordinária, à conta dos lucros apurados entre 1º de janeiro e 30 de setembro de 2022. O pagamento foi realizado em 28 de novembro de 2022.

A Administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 9.051, a serem aprovados na AGO de 2023.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2021, foram atendidos conforme o quadro a seguir:

	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício	40.846
(-) Constituição de reserva legal	<u>(2.042)</u>
Lucro líquido ajustado	<u>38.804</u>
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	<u>9.701</u>
Total de juros sobre capital próprio pagos	18.032
Total de dividendos pagos	7.388

e) Juros sobre capital próprio

Em 25 de novembro de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 11.886, relativo ao lucro do exercício, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R\$ 10.103, pagos em 28 de novembro de 2022.

Em 08 de dezembro de 2022, foi aprovado em Reunião do Conselho da Administração (RCA), o destaque, pela Companhia, de juros sobre capital próprio, no montante bruto de R\$ 6.146, relativo ao lucro do exercício, após a dedução do imposto de renda retido na fonte, o valor líquido de R\$ 5.224, a serem pagos quando oportuno.

17. Receitas operacionais

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas de pedágio	355.057	300.403
Receitas de construção (ICPC 01 R1)	35.176	49.785
Receitas acessórias	<u>3.797</u>	<u>3.205</u>
Receita bruta	<u>394.030</u>	<u>353.393</u>
Impostos sobre receitas	(30.982)	(26.235)
Devoluções	<u>(76)</u>	<u>(32)</u>
Deduções da receita bruta	<u>(31.058)</u>	<u>(26.267)</u>
Receita operacional líquida	<u>362.972</u>	<u>327.126</u>

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures e notas promissórias	(79.837)	(34.839)
Ajuste a valor presente da provisão de manutenção	(2.869)	(2.661)
Capitalização de custos de debêntures	19.939	4.877
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	(3)	(4)
Perda com operações de derivativos	(7.147)	(6.315)
Comissão de fiança partes relacionadas	(5.615)	(6.781)
Juros sobre mútuos com terceiros (a)	(15.788)	(5.351)
Valor justo sobre debêntures (<i>hedge accounting</i>)	(961)	(7.758)
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(473)	(271)
	<u>(92.754)</u>	<u>(59.103)</u>
Receitas financeiras		
Ganho com operações de derivativos	9.274	11.405
Juros e variações monetárias com partes relacionadas	173	534
Rendimento sobre aplicação financeira	10.428	6.330
Valor justo operações de debêntures (<i>hedge accounting</i>)	2.520	2.108
Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros	2	3
Juros e outras receitas financeiras	816	15
	<u>23.213</u>	<u>20.395</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(69.541)</u>	<u>(38.708)</u>

- (a) Contrato de mútuo remunerado à variação acumulada de 105% do CDI entre a Companhia e a Encalco. Em 14 de julho de 2017, esse mútuo foi cedido para o Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC), com vencimento em 18 de novembro de 2024.

19. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de derivativos com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, assim como em operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para apoio ao Conselho de Administração da Companhia, nas questões financeiras estratégicas, a Controladora CCR S.A., possui um Comitê de Estratégia, formado por conselheiros indicados pelos acionistas controladores e conselheiros independentes, que analisa as questões que dizem respeito à política e estrutura financeira da Companhia, acompanha e informa o Conselho de Administração sobre questões financeiras chave, tais como empréstimos/refinanciamentos de dívidas de longo prazo, análise de risco, exposições ao câmbio, aval em operações, nível de alavancagem, política de dividendos, emissão de ações, emissão de títulos de dívida e investimentos.

Todas as operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme o quadro a seguir:

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
	Nível		
Ativos			
Valor justo através do resultado			
Caixa e bancos	Nível 2	1.509	1.845
Aplicações financeiras	Nível 2	88.387	150.780
Aplicações financeiras vinculadas - conta reserva	Nível 2	526	231
Contas a receber com operações de derivativos	Nível 2	4.316	-
		<u>94.738</u>	<u>152.856</u>
Custo amortizado			
Contas a receber		22.555	21.715
Contas a receber de clientes - partes relacionadas		2.696	1.727
Contas a receber com operações de derivativos		-	5.531
		<u>25.251</u>	<u>28.973</u>
Passivos			
Valor justo através do resultado			
Debêntures e nota promissória (a)	Nível 2	<u>(248.247)</u>	<u>(332.733)</u>
		<u>(248.247)</u>	<u>(332.733)</u>
Custo amortizado			
Debêntures e nota promissória (a)		(290.603)	(327.143)
Fornecedores e outras contas a pagar		(20.804)	(13.078)
Mútuos cedidos a terceiros		(122.884)	(109.464)
Fornecedores e contas a pagar - partes relacionadas		(1.158)	(19.605)
Juros sobre o capital próprio		(5.224)	-
Obrigações com o Poder Concedente		(1.134)	(865)
		<u>(441.807)</u>	<u>(470.155)</u>
		<u>(570.065)</u>	<u>(621.059)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Debêntures mensurados ao custo amortizado** – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	<u>2022</u>		<u>2021</u>	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures e notas promissórias (a)(b)	290.849	297.086	327.543	332.733

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Valores brutos dos custos de transação.
- (b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada na nota explicativa n.º 4.
- Debêntures mensuradas ao valor justo por meio do resultado (*hedge accounting*)** – A Companhia captou recursos por meio de debêntures, tendo sido contratados *swaps* trocando a remuneração contratual por percentual do CDI. A Administração da Companhia entende que a mensuração dessas dívidas pelo valor justo (nível 2) (*hedge accounting*), resultaria em informação mais relevante e reduziria o descasamento contábil no resultado causado pela mensuração do derivativo a valor justo e da dívida a custo amortizado. Caso estas debêntures fossem mensuradas pelo custo amortizado, o saldo contábil seria de R\$ 244.616 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 327.543 em 31 de dezembro de 2021), conforme detalhado a seguir:

Série	Taxas contratuais	Taxa contratual - <i>Swap</i>	Custo amortizado (a)
6ª Emissão - Série única	120% do CDI	CDI - 0,9940%	244.616

(a) Valores brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré-DI).

Instrumentos financeiros derivativos

As operações em aberto com derivativos em 31 de dezembro de 2022, têm por objetivo principal a proteção contra flutuações de outros indexadores e taxas de juros, sem caráter especulativo. Dessa forma, são caracterizados como instrumentos de *hedge* e estão registrados pelo seu valor justo por meio do resultado.

A Companhia contratou operações de *swap* para proteção contra riscos de inflação sobre 50% da totalidade da 6ª emissão de debêntures.

Os instrumentos financeiros derivativos foram negociados em mercado de balcão.

Segue abaixo quadro resumido sobre os instrumentos derivativos contratados para a Companhia:

Composição dos saldos de instrumentos financeiros derivativos para proteção

Vencimento	Valor de referência (Nocional)		Valores brutos contratados e liquidados		Efeito acumulado		Resultado		
	Moeda local		Moeda local		Valores a receber		Ganho/(Perda) em resultado		
	2022	2021	Recebidos/(Pagos)	2022	2021	2022	2021		
<u>SWAP - riscos de juros</u>	2024	384.000	384.000	3.342	(969)	4.316	5.531	2.127	5.090
		384.000	384.000	3.342	(969)	4.316	5.531	2.127	5.090

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Apresentamos abaixo as análises de sensibilidade quanto às variações em moedas estrangeiras e nas taxas de juros.

Nas análises de sensibilidade, não foram considerados nos cálculos novas contratações de operações com derivativos além dos já existentes.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures, mútuos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2023 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

Risco	Exposição em R\$ ^{(3) (4)}	Consolidado - Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI ⁽²⁾	290.849	(37.626)	(46.373)	(55.110)
Efeito sobre debêntures e derivativos		(37.626)	(46.373)	(55.110)
CDI ⁽²⁾	136.955	(20.363)	(25.486)	(30.622)
Efeito sobre os mútuos		(20.363)	(25.486)	(30.622)
CDI ⁽²⁾	88.682	11.016	13.755	16.483
Efeito sobre as aplicações financeiras		11.016	13.755	16.483
Total do efeito de ganho / (perda)		(104.962)	(129.963)	(154.981)

A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:

CDI ⁽²⁾	13,65%	17,06%	20,47%
--------------------	--------	--------	--------

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo. A mesma foi utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção das taxas do cenário provável:

(2) Refere-se à taxa de 31/12/2022, divulgada pela B3. Nas investidas onde os passivos atrelados ao CDI são maiores que as aplicações financeiras, foi considerado o aumento da taxa CDI para calcular os cenários estresses. Nas investidas onde as aplicações são maiores que os passivos atrelados ao CDI, foi considerada a diminuição da taxa do CDI para calcular os cenários estresses;

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2022, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) Os cenários de estresse contemplam uma depreciação dos fatores de risco (CDI).

20. Compromissos vinculados a contratos de concessão

a. Compromisso com o Poder Concedente

Outorga variável

Refere-se à parte do preço da delegação do serviço público, representado por valor variável, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente, correspondente a 3% da receita mensal bruta. A partir de julho de 2013 (exceto outubro de 2013), a alíquota passou a ser de 1,5% sobre a receita bruta mensal, conforme autorizado pelo Poder Concedente (vide maiores detalhes na nota explicativa n.º 1).

No decorrer do exercício de 2022, foi pago ao Poder Concedente o montante de R\$ 10.500 referente ao direito de outorga variável (R\$ 5.331 no exercício de 2021).

b. Compromissos relativos à concessão

Além dos pagamentos ao Poder Concedente, a Companhia assumiu compromissos de realizar novos investimentos, substancialmente representados por obras de ampliação, alargamento e recuperação das rodovias. Conforme orçamento de capital estabelecido entre a Companhia e o Poder Concedente, em 31 de dezembro de 2022 esses compromissos estavam estimados em R\$ 456.802 (R\$ 438.393 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço e casos em discussão para reequilíbrio.

21. Demonstrações dos fluxos de caixa

- a. As transações que não afetaram o caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Tributos a recuperar	13	10
Fornecedores	<u>7.688</u>	<u>-</u>
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	<u>7.701</u>	<u>10</u>
Adições ao ativo imobilizado e intangível	(7.688)	(10)
Outros de ativo imobilizado	<u>(13)</u>	<u>-</u>
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	<u>(7.701)</u>	<u>(10)</u>

- b. A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos.

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Reconciliação das atividades de financiamento

	Debêntures e notas promissórias	Dividendos e juros sobre capital próprio	Operações com derivativos	Total
Saldo inicial	(659.876)	-	5.531	(654.345)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Captações (líquidas dos custos de transação)	(41.857)	-	-	(41.857)
Pagamentos de principal e juros	241.161	-	-	241.161
Liquidação de operações com derivativos	-	-	(3.342)	(3.342)
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	17.491	-	17.491
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	199.304	17.491	(3.342)	213.453
Outras variações				
Juros sobre debêntures e notas promissórias	(79.837)	-	-	(79.837)
Resultado das operações com derivativos e valor justo	1.559	-	2.127	3.686
Outras variações que não afetam caixa	-	(12.267)	-	(12.267)
Total das outras variações	(78.278)	(12.267)	2.127	(88.418)
Saldo final	(538.850)	5.224	4.316	(529.310)

Concessionária do RodoAnel Oeste S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Composição do Conselho de Administração

Eduardo Siqueira Moraes Camargo
Waldo Edwin Perez Leskovar
Roberto Penna Chaves Neto

Presidente do Conselho
Vice-Presidente
Conselheiro

Composição da Diretoria

Thais Caroline Borges
Fausto Camilotti

Diretora Presidente
Diretor de Engenharia e de Operações

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0